

A FORMAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO¹

Maria Angélica Borges*

Introdução

Olhando para o século XIX, através de várias fontes relevantes, enxergamos as organizações européias que dão origem aos movimentos dos trabalhadores no período. Droz, quando organizou a coletânea sobre a história do socialismo, registrou os principais momentos germinativos das organizações operárias. Inicialmente, cabe lembrar a *Liga dos Proscritos* (1834). Esta associação, que estampava seu caráter democrático com filiação republicana, surgiu na capital francesa. Seus membros eram exilados germânicos que, buscando abrigo no solo parisiense, trouxeram sua experiência organizacional e militaram na oposição aos ditames do capital. Dois anos após o seu surgimento, em 1836, há uma cisão das lideranças mais aguerridas e surge deste cisma a *Liga dos Justos*, que se expande com alguma velocidade. Será desta associação que nasceria em 1847, a *Liga dos Comunistas*.

A grande referência no plano intelectual, a bússola ideológica que animava tais movimentos, era a ala mais combativa das jornadas revolucionárias francesas. E o nome de Babeuf (1760 e 1797) é, sem dúvida, o destaque maior. No comentário que aparece na introdução à *História Geral do Socialismo*, lemos que: “Se, de uma maneira geral, os revolucionários franceses de 1793, dedicados à causa popular, não conseguiram superar a contradição entre o direito à existência e a manutenção da propriedade privada e da liberdade econômica, o babuvismo foi a primeira doutrina comunista que se inscreveu na trama da história européia. Formado pela sua experiência fiscal de impostos, convencido de que a Constituição não criara mais que uma igualdade fictícia, consciente demasiadamente tarde do valor da política econômica da Convenção montanhesa, Babeuf sustentou no *Tribun du Peuple* a necessidade de suprimir a propriedade pessoal e estabelecer uma comunidade dos bens e dos trabalhos. Na elaboração do programa comunista da Conjuração dos Iguais, Buonarrotti, com a força das suas experiências da Córsega e da Itália, teve uma parte importante. A idéia essencial que animava os ‘conjurados’ era que a revolução política nada será sem a revolução social. É certo que o babuvismo era essencialmente um comunismo de distribuição; marca uma predileção pelas antigas formas de produção; não traz uma análise do florescimento da produção industrial. Mas não é menos verdade que, pela primeira vez, o comunismo se tornara uma força política. E a *Conspiration pour l’Egalité, dite de Babeuf*, escrita no exílio por Buonarrotti (1828), inscreve-se num elo capital na história do pensamento socialista” (Droz, 1968, p. 15).

Para a época, o babuvismo representou uma crítica aos limites históricos da era revolucionária, porém, não avançou para além do protoc comunismo; carregava uma visão ingênua do comunismo; no plano da economia, foi este pensamento dominado por uma visão distributivista da produção com marcas igualitaristas. O próprio Marx registrou sua crítica a estas formas embrionárias de protesto contra as inequações do capitalismo. Um desses momentos aparece no *Manifesto de 1848*. Era marcante em Marx a crítica contundente em todos os níveis. E, com relação ao corpo doutrinário babuvista, ele não deixou de fazê-la desta forma.

¹ Estudo contemplado com Bolsa-Pesquisa/Doutor do FAP/CEPE-PUCSP - Fundo de Apoio à Pesquisa - Conselho de Ensino e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

* Profª do Departamento de Economia e Diretora da FEA/PUC/SP.

No *Manifesto do Partido Comunista*, fica claro o real lugar em que o filósofo alemão colocava a contribuição de Babeuf. Classificado o ideário de Babeuf como literatura que representou o proletariado durante as grandes revoluções, assim como portador de grandeza e dignidade, estes escritos, segundo Marx, apresentavam debilidades, ainda que historicamente compreensíveis. No próprio texto de Marx está escrito que: “As primeiras tentativas diretas de o proletariado fazer prevalecer seus próprios interesses de classe, realizadas em épocas de efervescência geral, no período de destruição da sociedade feudal, falharam necessariamente, devido ao estado embrionário do proletariado e à ausência de condições materiais para sua emancipação, condições que só poderiam ser produzidas pela época burguesa. A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado tinha, necessariamente, um caráter reacionário. Preconizava um ascetismo universal e um grosseiro igualitarismo” (Marx, Engels, 1977, p. 12). É compreensível o tom marxiano, haja vista que o autor alemão, na sua época, enfrentava alas do movimento socialista, que evocavam esta forma de protesto - baseado no igualitarismo - como o ideal a ser seguido.

Engels, inclusive, também faz uma alusão crítica aos limites do ascetismo como forma de protesto diante das questões sociais. Em sua obra *As Guerras Camponesas na Alemanha*, diz: “Esta austeridade ascética, este postulado de renúncia a todos os prazeres e diversões, estabelece, entre as classes dominantes, o princípio da igualdade espartana e constitui uma etapa de transição necessária, sem a qual a camada inferior da sociedade nunca se poderá pôr em marcha. Para desencadear sua energia revolucionária, para ter a consciência de sua posição hostil ante os demais elementos da sociedade, para se constituir como classe, essa camada inferior deve começar por desfazer-se de tudo o que possa reconciliá-la com a ordem estabelecida e renunciar aos poucos prazeres que ainda lhe tornam suportável a vida mísera e que nem a opressão mais dura lhe pudera arrebatar. Por sua forma fanática e violenta, assim como por seu conteúdo, esse ascetismo plebeu e proletário se distingue fundamentalmente do ascetismo burguês, tal como o pregavam a moral burguesa luterana e os puritanos ingleses (que diferem dos Independentes e outras seitas mais avançadas) e que no fundo não é mais do que uma manifestação de *parcimônia burguesa*. É claro que esse ascetismo plebeu e proletário perde seu caráter revolucionário à medida que aumenta o desenvolvimento das forças produtivas modernas - até o infinito - e o material de uso, tornando assim supérflua a igualdade espartana; compreende-se assim a posição do proletariado na vida social, assim como seu caráter cada vez mais revolucionário. O ascetismo desaparece das massas e vai refugiar-se entre os sectários que continuam a exaltá-lo, seja diretamente sob a forma de sovínice burguesa, seja sob a de um virtuosismo hipócrita que na prática não passa de conhecida avareza dos artesãos gremiais e burgueses pedantes. Não é necessário pregar desprendimento à massa proletária pois ela quase nada mais tem do que se desprender” (Engels, 1977, p.55-56).

Indicado, ainda que numa primeira aproximação, dentro dos limites deste projeto de estudos, tentamos dar os contornos iniciais da gênese do movimento dos trabalhadores, lembrando que a continuação desta tradição será à época das revoluções democrático-burguesas européias, sendo a *Liga dos Comunistas*, como assinalamos acima a forma organizacional das hostes do trabalho. Porém, antes de sinalizarmos este movimento, na sequência, desenvolveremos alguns elementos que configuram os chamados “socialistas utópicos”.

Socialistas Utópicos

O que se convencionou chamar *Socialismo Utópico* está identificado em vários autores. Inicialmente, recorreremos a um texto clássico do companheiro de Marx: Engels. Aliás, ao longo de toda a sua obra, este pensador produziu vários textos sobre a história do movimento dos trabalhadores. Um desses textos, considerado um clássico no assunto, vem ao encontro das nossas necessidades neste momento; trata-se daque-

novas instituições, por mais racionais que fossem em comparação com as antigas, distavam bastante da razão absoluta. O Estado da razão falira completamente. O contrato social de Rousseau tomara corpo na época do terror, e a burguesia, perdida a fé em sua própria habilidade política, refugiou-se, primeiro na corrupção do Diretório e, por último, sob a égide do despotismo napoleônico. A prometida paz eterna convertera-se numa interminável guerra de conquistas. Tampouco teve melhor sorte a sociedade da razão. O antagonismo entre pobres e ricos, longe de dissolver-se no bem estar, aguçara-se com o desaparecimento dos privilégios das corporações e outros, que estendiam uma ponte sobre ele, e os estabelecimentos eclesiásticos de beneficência, que o atenuavam. A 'liberação da propriedade' dos entraves feudais, que agora se convertia em realidade, vinha a ser para o pequeno burguês e o pequeno camponês a liberdade de vender a esses mesmos poderosos senhores sua pequena propriedade, esgotada pela esmagadora concorrência do grande capital e da grande propriedade latifundiária; com o que transformava na 'liberação' do pequeno burguês e do pequeno camponês de toda propriedade. O ascenso da indústria sobre bases capitalistas converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade. (...) Comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores, as instituições sociais e políticas instauradas pelo 'triunfo da razão' redundaram em tristes e decepcionantes caricaturas. Faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX" (Marx, Engels, 1977, p. 29-30).

O poder da razão tinha cumprido o seu papel político da era das transformações, agora, era preciso ir além da sua apologia e instrumentalizar as novas forças revolucionárias na adequada síntese razão e prática, ou seja *praxis*. Neste sentido, dimensionar o socialismo utópico, aprender com suas teorias, retira a cortina de fumaça de uma possível mudança por determinação absoluta. Ilustrando as diferentes contribuições, sabemos que em 1802, publicam-se as *Cartas de Genebra de Saint-Simon*; após seis anos, em 1808, Fourier torna pública sua primeira obra, porém, a sua teoria data de 1799; no ano de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark.

Mas os limites do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, nos inícios deste século, deram os contornos da produção teórica desses críticos das mazelas do sistema: "No entanto, naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista - conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criadas - e, de outra parte, desenvolve também nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos. (...) Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar" (Marx, Engels, 1977, p. 30-31).

Esta visão ainda limitada das condições da produção e reprodução do sistema, não consegue evoluir para uma sistematização mais profunda sobre a economia capitalista, distante, portanto, da formulação de uma lei do valor que ultrapassasse o universo burguês. O mesmo raciocínio vale para os socialistas ricardianos, como abordaremos no próximo item. No máximo, esses pensadores formularam, no plano das idéias, um "sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio de propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-

se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias” (Marx, Engels, 1977, p. 31).

Delimitando, rapidamente, os traços do pensamento da infância da teoria socialista, através desses representantes que enfocamos por ora, lembramos que Saint-Simon, em suas *Cartas de Genebra*, defendia a tese de que “todos os homens devem trabalhar”. Estendia o conceito de luta política para além do par nobreza e burguesia, incluindo os *despossuídos*. Porém, era bastante crítico em relação à participação destes últimos no governo: “Vede - grita-lhes - o que se passou na França quando vossos camaradas subiram ao poder: provocaram a fome”. Mesmo assim, salta à vista o progresso que significa para a época o reconhecimento da Revolução Francesa “como uma luta de classes, e não só entre a nobreza e a burguesia, mas entre nobreza, burguesia e os *despossuídos*” (Marx, Engels, 1977, p. 33).

No ano de 1816, Saint-Simon reconhece a política como a ciência da produção, incorporando-lhe a economia. O governo aparece para este pensador como administrador dos bens e dos processos de produção: Saint-Simon “é ... já, em germe, quase todas as idéias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores, Fourier é a crítica engenhosa autenticamente francesa, mas nem por isso menos profunda, das condições sociais existentes. Fourier pega a burguesia pela palavra, por seus inflamados profetas de antes e seus interesseiros aduladores de depois da revolução. Põe a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês, e a compara com as fascinantes promessas dos velhos enciclopedistas, com a imagem que eles faziam da sociedade em que a razão reinaria sozinha, de uma civilização que faria felizes todos os homens e de uma ilimitada capacidade humana de perfeição. Desmascara as brilhantes frases dos ideólogos burgueses da época, demonstra como a essas frases grandiloquentes corresponde (...) a mais cruel das realidades e derrama sua sátira mordaz sobre esse ruidoso fracasso da fraseologia. (...) Mas é ainda mais magistral nele a crítica das relações entre os sexos e da posição da mulher na sociedade burguesa. É ele o primeiro a proclamar que o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral” (Marx, Engels, 1977, p. 31).

Robert Owen “assimilara os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, segundo os quais o caráter do homem é, de um lado, produto de sua organização inata e, de outro lado, fruto das circunstâncias que envolvem o homem durante sua vida, sobretudo durante o período de seu desenvolvimento. A maioria dos homens de sua classe não via na revolução industrial senão caos e confusão, uma ocasião propícia para pescar no rio revolta e enriquecer depressa. Owen, porém, viu nela o terreno adequado para pôr em prática a sua tese favorita, introduzindo ordem no caos” (Marx, Engels, 1977, p. 33-34). Owen tinha como meta a reconstrução do social, o bem-estar coletivo. Tentou pôr em prática essas idéias, implantando-as em suas fábricas. Segundo Engels, “foi assim, por esses caminho puramente prático - resultado, por dizê-lo, dos cálculos de um homem de negócios - que surgiu o comunismo oweniano, conservando sempre esse caráter prático. Assim, em 1823, Owen repõe um sistema de colônias comunistas para combater a miséria reinante na Irlanda e apresenta, em apoio de sua proposta, um orçamento completo de despesas de instalação, desembolsos anuais e rendas prováveis” (Marx, Engels, 1977, p. 36).

Conclusão: O pensamento socialista utópico pautou, durante o século XIX, o pensamento socialista europeu.² Nele o socialismo aparece como sendo a verdade absoluta, a razão e a justiça; basta tomar consciência destes princípios e conquistar o mundo. Para tal, não era necessário delimitar as condições em que tal fenômeno ocorreria, bastava sua revelação. Ir além desta utopia se traduziria em colocar o socialismo no

² As concepções dos utopistas dominaram durante muito tempo as idéias socialistas do séc. XIX. Rendiam-lhe homenagens (...), todos os socialistas franceses e ingleses e a eles se deve o incipiente comunismo alemão, incluindo Weitling. (ENGELS, MARX, 1988, V. 1, p. 37).

terreno da realidade e foi esta a tarefa maior do período seguinte: *o socialismo científico*.

Tal problemática, a tese da transformação do socialismo em ciência, abordaremos no item sobre a produção marxiana. Antes, registraremos outra faceta do utopismo presente nas fileiras do mundo do trabalho: os *socialistas ricardianos*.

Socialistas Ricardianos

Após a morte de Ricardo na Inglaterra, houve uma reação ao seu pensamento. Os representantes da teoria econômica oficial temiam as consequências que podiam ser tiradas da teoria do valor-trabalho. Segundo Maurice Dobb, em sua obra *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*, “o avolumar de críticas a Ricardo, nos anos que se seguiram à sua morte, foi motivado principalmente pelas suas teorias do valor e do lucro; em segundo lugar, pela sua teoria da renda, pelo menos tanto quanto esta era apresentada de modo a considerar os interesses do proprietário da terra opostos ao interesse social. O professor R. L. Meek explicou a veemência e rápido êxito destas críticas pelo fato ‘de a maioria dos economistas estarem muitíssimo conscientes da perigosa utilização que alguns escritores radicais estavam a dar aos conceitos de Ricardo’; entre estes escritores incluía-se Thomas Hodgskin, em especial, e mais tarde outros ‘socialistas ricardianos’” (Dobb, 1977, p. 128).

De fato, a ciência econômica burguesa conhece o seu dobre de finados com a explicitação desta recusa da teoria do valor-trabalho. Mais uma vez, segundo Dobb, o Professor Meek observa que “Marx viu o ano de 1830 como assinalando o fim da economia ‘ricardiana’ - e, de fato, não só da economia ‘ricardiana’ mas também da economia ‘clássica’ e até da economia ‘científica’. A partir daí, os cientistas foram obrigados a ceder passo aos profissionais” (Dobb, 1977, p. 126).

Segundo Eric ROLL, os socialistas ricardianos, esses militantes a favor dos trabalhadores, que no início do século XIX já procuravam denunciar a luta do trabalho contra o capital, poderiam ser descritos e analisados desta forma: “Bray, Gray, Thompson e Hodgskin... caracterizavam-se por se haverem apoiado nos ensinamentos da escola ricardiana. Empregavam as conclusões clássicas para indicar uma moral revolucionária. Tiveram oportunidade de observar os primeiros movimentos vigorosos do sindicalismo e adquirir uma teoria socialista mais definida e precisa. Mas, o importante é que a evolução desta teoria socialista foi consequência quase natural da economia política clássica. Os socialistas não podiam explicar melhor que Smith, Ricardo e Malthus a idéia de luta de classes. Os que pretendem que Marx inventou essa idéia deveriam ler não os precursores dos socialistas ingleses mas também um homem como Burke. Como disse um escritor, não surpreende que Thompson, Hodgskin e Marx tirassem conclusões socialistas do sistema ricardiano; o que surpreende é que não o tivessem feito os próprios ricardianos” (Roll, 1977, p. 235).

Ainda no rastro desse mesmo escritor, podemos afirmar que os socialistas ricardianos, não dispostos a aceitarem a fatalidade do trabalho sob o capital, reagiram a isso. E os traços mais marcantes de sua perspectiva partem da teoria ricardiana do valor-trabalho. Comungaram o princípio de que a quantidade de trabalho incorporado a uma mercadoria traduz a essência e a medida do valor de troca. Aceitaram também as diferenças existentes entre trabalho produtivo e improdutivo e todos eles aproximaram-se da noção de mais-valia: “No sistema capitalista, dizem, os salários pagos ao trabalhador são sempre menores que o valor do produto que o trabalhador produziu e de que o capitalista se apropriou. Daí, a exploração, a opressão e a miséria” (Roll, 1977, p. 235-236).

Para a melhor compreensão dos socialistas ricardianos, junto com as características apontadas acima, é preciso, também, lembrar sua interpretação revolucionária da teoria utilitarista: abraçaram o princípio utilitarista “da maior felicidade para o maior

número". Era a maior socialização da felicidade. Junto com este postulado vinha a crítica às instituições existentes, como resultado do radicalismo filosófico. A sociedade não era ideal e precisava ser julgada pelos princípios utilitaristas. O utilitarismo abriu caminho para as primeiras críticas destes socialistas.

Há especificidades dignas de menção entre os diferentes escritores identificados como socialistas ricardianos. Podemos afirmar, numa primeira aproximação, que William Thompson (1783-1833), juntamente com John Gray (1799-1850), está muito próximo aos utilitaristas. Já John Francis Bray (1809-1895) e o próprio John Gray, com o desenvolvimento do seu ideário, apresentaram idéias semelhantes às de Proudhon.

No entanto, Thomas Hodgskin talvez tenha sido o economista socialista mais contundente e convincente entre esses escritores. É, sem dúvida, o mais referido. Alguns historiadores do pensamento econômico atribuem a este pensador o caráter de precursor do marxismo, por se encontrarem na sua obra os germes de muitas idéias marxianas. O próprio Marx reconheceu a obra precursora de Hodgskin.

Resumidamente, vamos caracterizar os principais pontos da contribuição específica de cada um dos principais autores dessa corrente do movimento dos trabalhadores. As obras de Thompson: *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth most Conducive to Human Happiness* (1824) e *Labour Rewarded* (1827) interpretam, no primeiro caso, a economia ricardiana e a filosofia de Bentham. Este último livro denuncia o trabalho como "a fonte única de valor; a classe trabalhadora deveria ser a única que recebesse o produto. Na sociedade capitalista as exigências do capital e da terra despojam o trabalho de uma parte que lhe pertencia. Isto não significa apenas uma distribuição injusta e não natural que nunca traria felicidade máxima para o maior número, mas também ocasionava a contradição mais notável do capitalismo: a abundância e a pobreza e, com ela, todas formas de males sociais. O remédio estava em suprimir o tributo ao capitalismo. Thompson sabia que o capital consumido no processo da produção acrescentava seu valor ao produto. Mas punha objeções à possibilidade de apropriar-se o capitalista de toda a mais-valia que surgia pela situação de dependência em que estava colocado o trabalhador diante do capitalista, que possuía os meios de produção" (Roll, 1977, p. 236). Já no seu *Inquiry*, Thompson "ocupou-se do problema da política, mas o que ganhou em precisão, perdeu em amplitude de visão. Tornara-se nessa época discípulo de Robert Owen e viu a salvação num sistema cooperativista" (Roll, 1977, p. 237).

Posições semelhantes podemos encontrar em John Gray. A sua obra de 1825, *A Lecture of Human Happiness*, foi uma crítica contundente à ordem social existente. Reconhecia que o trabalho como fonte única da riqueza e criticava a injustiça natural do capitalismo contemporâneo. Denunciou o fato de que os que produzem só recebem parte da sua produção, enquanto as classes dominantes eram parasitárias. Atribuiu ao trabalho a fonte da propriedade e negou a renda, o juro e o lucro como formas dignas de rendimentos, indo além, acusando-os de serem "a origem verdadeira de todos os males sociais" (Roll, 1977, p. 237).

Roll comenta: "Em duas obras posteriores, *The Social System: A Treatise on the Principle of Exchange* (1831) e *Lectures on the Nature and Use of Money* (1848), Gray intentou descrever os princípios da sociedade ideal. Esboçou nelas um sistema semelhante em muitos aspectos ao plano de Proudhon para criar um banco de troca. Sua superioridade sobre Proudhon reside na sólida aplicação da teoria do valor-trabalho. (...) Gray desejava suprimir a troca privada. Nunca analisou claramente a função do dinheiro na economia capitalista e, portanto, isolou o processo de troca, considerando-o necessitado de reforma" (Roll, 1977, p. 237/8).

Não muito diferentes, também, são as idéias de Francis Bray em *Labour's Wrongs and Labour's Remedies or the Age of Night*, datada em 1839. Esse autor foi um crítico do owenismo. Da mesma forma que Gray, identificou os males sociais na troca injusta. Adepto do tempo de trabalho como parâmetro do valor de troca, assim como a troca justa era ditada pela isonomia das quantidades.

Bray deu um passo adiante de Gray ao pressentir a relação entre “as condições sociais da produção e as de troca e distribuição. As trocas universais significavam trabalho universal, isto é, a desapareição da propriedade privada capitalista e de sua produção” (Roll, 1977, p. 238). Futuramente, seria Proudhon um dos defensores desta idéia, sem o repaldo histórico de infância das idéias socialistas, de que puderam gozar estes pensadores.

Para finalizar este item, focalizaremos resumidamente os traços essenciais da vida e obra de Thomas Hodgskin. Este autor denuncia os proprietários rurais e os capitalistas por reduzirem os salários ao mínimo possível e confiscarem todo o excedente do valor criado pelo trabalho, sustentando que os trabalhadores devem receber integralmente o valor do que produzem.

Entretanto, Hodgskin não era um adversário da propriedade privada e reprovava o intervencionismo estatal na atividade econômica, defendia os sindicatos dos trabalhadores e dizia que só eles poderiam suprimir a exploração do trabalho pelo capital. Segundo Paulo Sandroni, Thomas Hodgskin, “consequente com suas convicções fundadas, juntamente com um escocês de nome Robertson, o *Mechanic's Magazine* e cria um Instituto de Mecânicos onde os operários pudessem aprender o indispensável sobre Química e Mecânica, mas também ‘a ciência da produção e distribuição da riqueza’” (Hodgskin, 1983, p. 294).

Nas palavras do Professor Meek, temos a indicação de que a obra de Hodgskin, *Labour Defended Against the Claims of Capital*, foi publicada em 1825 e a sua *Popular Economy* em 1827, durante o período que influenciou os grupos peretencentes ao Instituto de Mecânica. Outro ponto de destaque lembrado é o parecer de James Mill acerca deste autor: o economista inglês temia que seu pensamento quando divulgado, subvertesse a ordem estabelecida.

“De todo o grupo de economistas deste período, desde Bailey até Longfield, disse o Professor M. Blaug: ‘É significativo que os escritores que atacaram as opiniões dos ‘teóricos do trabalho’ - Scropi, Read e Longfield - também foram alguns dos primeiros que propuseram a teoria do lucro pela abstinência. A este respeito, as inovações teóricas dos ‘economistas britânicos menosprezados’ não deixaram de estar relacionadas com a luta de classes de 1830... E se preferirmos considerar a teoria do valor do custo do trabalho como o cerne da economia ricardiana, seremos conduzidos a verificar que a influência vital de Ricardo terminou na década de 1830” (Dobb, 1977, p. 128).

ROLL expressa-se da seguinte maneira com relação a este socialista ricardiano: “Sua influência, parece, foi bastante considerável, e a exerceu não só através dos livros como por meio de conferências. *Labour Defended* não foi apenas um folheto de momentânea importância política, não obstante inspirar-se, como o indica o subtítulo, no crescente movimento sindicalista e na oposição que se lhe fazia. Continha cuidadosa análise do sistema econômico e seu fim era provar que as uniões de trabalhadores se justificavam se se encaminhassem contra os capitalistas, que exigiam um lucro injusto. Precisava-se demonstrar que o capital era improdutivo. Isto se faz baseando-se na teoria ricardiana do valor uma hábil análise da função do capital no processo de produção” (Roll, 1977, p. 238). E, mais adiante, esse autor continua: “Hodgskin lançou com esta análise os fundamentos da distribuição, mais tarde elaborada por Marx, entre ajudas materiais à produção, que os economistas chamam capital como uma forma determinada de relação de propriedade. É esta relação social que converte o capital em máquinas, em matérias-primas e em meios de subsistência do trabalhador” (Roll, 1977, p. 238/9).

Sandroni ressalta que “Cole assinala com razão que Hodgskin mostrou claramente que o capitalismo é exploração, isto é, forma de organização da produção em que uma classe privilegiada amparada pelo Estado se apropria de uma parte do produto dos trabalhadores, fundando assim a ‘Economia Proletária’. Apesar das insuficiências teóricas de seus escritos (...), não resta dúvida de que representam um marco na história da atribulada luta pela emancipação dos trabalhadores. Especialmente nos dias sombrios que atravessamos” (Hodgskin, 1983, p. 300).

Pelos depoimentos acima, percebemos a importância deste autor que tinha traços do pensamento anarquista, pois duvidava da capacidade do governo, mesmo se tratando de uma experiência democrática. Acreditava no conhecimento como alavanca na libertação dos trabalhadores, assim como a organização como arma para abolir os privilégios. Abolidos os privilégios, não havia necessidade de governo. A forma da sociedade ideal a que Hodgskin almeja tinha os mesmos traços que a do resto dos precursores ingleses e franceses do socialismo. “Coube a Marx a tarefa de construir sobre estas mesmas bases uma teoria socialista diferente” (Roll, 1977, p. 240).

Marx, no vol. III de *Teorias da Mais-Valia*, analisa a obra dos socialistas ricardianos em geral, inclusive a de Hodgskin, como também a influência histórica destas idéias. Pretendemos, no corpo de nosso trabalho, examinar as suas principais contribuições. Por ora, as indicações acima constituem as nossas primeiras considerações, limitadas pelas características da proposta deste texto.

No próximo item, abordaremos o marxismo, sua gênese e desenvolvimento (em caráter, também, preliminar) como uma das principais vertentes do movimento dos trabalhadores.

A Vertente Marxiana

Falar do marxismo como tendência do movimento dos trabalhadores pressupõe circunscrever adequadamente a vida e a obra de Karl Marx (1818-1883), assim como de seu colaborador Friedrich Engels (1820-1895). Pois, ao longo da vida dos dois fiéis amigos, perpassou a história do movimento dos trabalhadores e de suas organizações. Esses dois autores escreveram não só sobre o seu próprio momento histórico, na relação dos trabalhadores com a sociedade em geral, como também a história do movimento socialista desde a sua gênese. Debateram com as correntes de seu tempo e se posicionaram com relação às suas análises sempre com firmeza e contundência. Ao olharmos para as suas idéias, olhamos para uma parte da história das idéias e práticas ligadas à perspectiva do trabalho.

Como é sabido, Marx, desde a juventude, já manifestava inclinações para a reflexão sobre a humanidade. Seus biógrafos anunciam na sua dissertação de conclusão do Liceu em Trier, a preocupação com a tarefa histórica de trabalhar para a sociedade: “A composição de fim de estudos, escrita por Marx, em agosto de 1835, sobre o tema *Reflexão de um Jovem Perante a Escolha de uma Profissão*, é esclarecedora quanto às idéias que nessa época o dominavam. O jovem Marx fala aí da necessidade de escolher uma profissão que permita trabalhar pela felicidade da humanidade. Sabia que tal escolha não era fácil. Nem sempre podemos escolher a profissão para que nos creiamos vocacionados, ‘as nossas relações na sociedade em certa medida já começaram a estabelecer-se antes de estarmos em condições de as determinar’. Simultaneamente afirma apaixonadamente que não devemos nos fechar num quadro estreitamente egoísta, mas procurar as vias e os meios que permitam servir aos homens. ‘Se o (homem) trabalha apenas para si próprio, poderá por ventura tornar-se um erudito célebre, um grande sábio ou um excelente poeta, mas nunca será um homem completo, verdadeiramente grande... Se escolhermos uma profissão em que possamos trabalhar ao máximo pela humanidade’ (...) não fruiremos, então, uma alegria pobre, limitada, egoísta, mas a nossa felicidade pertencerá a milhões (de pessoas)” (Fedosseiev, 1983, p. 19-20).

Em 1837, numa carta dirigida ao pai, ele reitera essa vocação. Dos 19 aos 23 anos de idade (1837-1841), conclui sua fase estudantil com a apresentação de sua tese de doutorado, intitulada: *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, à Universidade de Iena. Nessa época, Marx ainda aspirava ao cargo de *dozent* na universidade de Berlim. Sua postura crítica, já explicitada na época, incompatibiliza-o com aquela instituição. Abandona a idéia de participar da vida acadêmica e começa a trabalhar como jornalista.

O próprio Marx, no Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1850), oferece-nos um traçado evolutivo de sua vida e obra de 1842 a 1859. Segundo a Apresentação de Chasin ao texto *A burguesia e a Contra-Revolução*, este Prefácio acima mencionado afirma o propósito do início das suas atividades jornalística: “vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. A deliberação do Parlamento renano sobre o roubo da madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial (...) sobre a situação dos camponeses do Mosela, e finalmente sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-se os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas” (Marx, 1987, p. 14-15).

Ou seja, no início de sua profissão como jornalista, já se coloca criticamente diante do social. E, ao fazê-lo, já sente necessidade de dar conta da teoria econômica numa perspectiva também crítica. Como se vê, o filósofo alemão, desde muito cedo, dedica-se totalmente à meditação e teorização da realidade. Em 1843, Marx reve a crítica da filosofia política de Hegel, escrevendo uma **Introdução**, que comporá um dos textos nos *Anais Franco-Alemães de 1844*, ao lado d’*A Questão Judaica* e do texto de Engels *Esboço Para uma Crítica da Economia Política*.

Os resultados das passadas acima refletem no desenvolvimento de ambos. Ainda no ano de 46, “ambos tomam a iniciativa de organizar uma rede de comitês comunistas de correspondência, cujo objetivo era ‘relacionar os socialistas alemães com os franceses e manter os estrangeiros informados quanto aos movimentos socialistas na Alemanha, e informar os alemães na Alemanha dos processos do socialismo na França e na Inglaterra’ (Marx, 1987, p. 18). Dessa forma, para Marx e Engels, diferenças de pontos de vista poderiam ser esclarecidas, poder-se-ia chegar “a um intercâmbio de idéias e a uma crítica imparcial. Trata-se de um passo que o movimento social terá dado em sua expressão literária com o objetivo de se desembaraçar dos **limites nacionais**. E, no momento da ação, há certamente grande interesse para cada um de nós ter conhecimento dos assuntos tanto no estrangeiro como em nosso país” (Marx, 1987, p. 18-19).

Outro exemplo, de calibre idêntico ao mencionado acima, é uma das reuniões do Comitê de Correspondência de Bruxelas, em que, ao se discutir a questão da propaganda política na Alemanha, Marx diz ser um verdadeiro “engano” toda investida em galvanizar o povo sem lhe oferecer sólidas bases para a sua ação. Nas suas palavras temos: “Em particular, dirigir-se na Alemanha aos operários sem possuir idéias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta equivaleria a levar a cabo um jogo desonesto e inútil, uma propaganda em que estaria suposto, de um lado, um entusiasmo apotético e, doutro, simples imbecis escutando de boca aberta” (Marx, 1987, p. 19).

Tanto num caso como no outro, podemos reconhecer as características da atuação marxiana dentro do movimento dos trabalhadores: precisão nas informações e seriedade científica na atuação. Pois, como ele próprio mencionou uma vez, sua postura não coadunava com o esporte de fazer revoluções, pelo contrário, a ação deve sempre estar pautada em análises concretas da realidade. Tal raciocínio também é válido para Engels.

Dentro desse roteiro, cabe agora frisar o ano de 1847, data da publicação de *Miséria da Filosofia*. Esse momento da evolução marxista é fundamental para o nosso estudo. Nessa obra, há uma importante elaboração acerca do valor (apesar dos limites que serão superados na fase econômica posterior), assim como sua crítica aos limites da escola dos socialistas ricardianos e a oposição enérgica às concepções de Proudhon. O próprio Marx se refere desta maneira a essa obra: “Os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito *Miséria da Filosofia*, (...) dirigido contra Proudhon” (Marx, 1987, p. 18-19).

Enfim, falar do marxismo é percorrer o debate dentro do movimento dos trabalhadores. Na oposição, ou na reafirmação (algumas vezes feita de forma problemática) de suas idéias, é obrigatória a referência a Marx e Engels. Não há como esquecê-los.

E uma das lembranças mais significativas é o texto intitulado *O Manifesto do Partido Comunista de 1848*, que neste ano de 1998 comemora 150 anos. Marx e Engels recebem da Liga dos Comunistas a incumbência de redigi-lo durante o Congresso de Londres de 1847. No Prefácio de 1859, mencionado já várias vezes neste projeto em função da sua importância, o *Manifesto* é referido por Marx como um dos momentos de sua evolução teórica e prática, juntamente com as duas conferências que viraram publicações: *O Discurso Sobre o Livre-Comércio e Trabalho Assalariado e Capital*. A análise dos diferentes prefácios dos vários lugares do mundo onde o *Manifesto* é traduzido e publicado, nos dá uma dimensão da própria evolução do movimento. As edições atuais costumam reunir a evolução dos prefácios..

Mas o ano de 1848 também tem de ser lembrado em função do marco histórico que representa na história das revoluções do século XIX: “No início de 1848, o eminente pensador francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus compartilhavam: ‘Nós dormimos sobre um vulcão. Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte’. Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando a seus colegas, no programa que ambos tinham traçado semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha saído publicado anonimamente em Londres, por volta de 1848, sob o título (alemão) de *Manifesto do Partido Comunista*, ‘para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês’. Em poucas semanas, ou, no caso do *Manifesto*, em poucas horas, as esperanças e temores dos profetas pareceram estar na iminência da realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução europeia tinha iniciado” (Hobsbawm, 1982, p. 29-30).

Sob o influxo da Revolução de Fevereiro em Paris, deu-se a *Revolução de Março de 1848* na Confederação Germânica; movimento que foi precipitado pelos acontecimentos da Revolução na França³. Também apareceu nesse ano, em Colônia - Província do Reno -, a *Nova Gazeta Renana*, diário que foi considerado o Órgão da Democracia.

No início dessa exposição, já mencionamos a Liga dos Comunistas, que nasceu em 1847, em Londres, da transformação da Liga dos Justos; porém, cabe lembrar que esta cinde-se em 1850, em face da proposta de desaquecimento de suas atividades, feita por Marx e Engels, dado que a onda revolucionária de 48 se amainara e uma nova fase de prosperidade capitalista se desenvolvia. E concluindo o referente à Revolução de Março, em 1852, é instaurado um processo contra os comunistas de Colônia. Com este termina o primeiro período do movimento operário comunista na Alemanha. Após a condenação, a Liga foi dissolvida - ela que havia sido, apesar de toda a sua debilidade, a única organização revolucionária de importância.

Após esse período, Marx retorna ao gabinete de estudos. Com relação à passagem de um momento a outro - da Revolução de Março à volta aos estudos -, o filósofo alemão nos diz o seguinte: “A publicação da *Nova Gazeta Renana* (Neue Rheinische Zeitung), e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos, que só puderam ser retomados em 1850, em Londres. A enorme quantidade de material sobre a história da economia política que se encontra acumulada no Museu Britânico, a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa e finalmente o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Austrália determinaram-me a começar tudo de novo, e estudar criticamente até o fim todo o material. Esses estudos, em parte por causa de seu próprio caráter, chegaram a disciplinas aparentemente afastadas do plano original, nas

³ Para uma análise deste período ver os registros contidos no livro clássico de K. Marx *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*.

quais tive que deter-me por mais ou menos tempo. Mas foi sobretudo a necessidade imperiosa de exercer uma profissão para ganhar a vida que me reduziu o tempo disponível. Minha colaboração, já de oito anos, com o primeiro jornal americano, o *New-York Tribune*,⁴ tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo propriamente dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra e no continente, constituem uma parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da Economia Política propriamente dita” (Marx, 1982, p. 27). Em junho de 1877, Engels escreve uma nota biográfica sobre Marx, que foi publicada no *Almanaque Volkslander*, Brunswick, que nos dá a exata medida do período que agora se inicia na vida e obra de Marx. Período, aliás, que ele também participa ativamente e, como já dissemos anteriormente com relação à vida de ambos, está totalmente entrelaçado com o movimento dos trabalhadores.

Temos então: “Como primeiro fruto de seus longos anos de estudos econômicos apareceu em 1859 a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cujo primeiro caderno se publicou em Berlim. Esta obra contém a primeira exposição sistemática da teoria do valor de Marx, incluindo a teoria do dinheiro. (...) Por fim, em 1867, apareceu em Hamburgo o primeiro tomo de *O Capital - Crítica da Economia Política*, a principal obra de Marx, em que são expostas as bases de suas idéias econômico-socialistas e os aspectos fundamentais de sua crítica da sociedade existente, do modo de produção capitalista e de suas conseqüências. A segunda edição dessa obra foi publicada em 1872 e o autor dedica-se atualmente à preparação do segundo tomo” (Engels, 1988, p. 103).

Entretanto, “o movimento operário em diversos países da Europa voltara a fortalecer-se em tal medida que Marx pôde pensar em pôr em prática um desejo há muito tempo acalentado: fundar uma associação operária que abrangesse os países mais adiantados da Europa e da América e que devia personificar, por assim dizer, o caráter internacional do movimento socialista, quer perante os próprios operários, quer perante os burgueses e os governos, para animar e fortalecer o proletariado e atemorizar seus inimigos. A oportunidade para expor a idéia, que foi acolhida com entusiasmo, surgiu em um comício popular realizado no **Saint Martin's Hall** em Londres, a 28 de setembro de 1864, a favor da Polônia, que voltava a ser esmagada pela Rússia. Fundava-se assim a **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Na assembléia foi eleito um **Conselho Geral** provisório sediado em Londres. A alma desse Conselho Geral, como dos que se seguiram até o Congresso de Haia⁵, foi Marx. Ele redigiu quase todos os documentos lançados pelo Conselho Geral da Internacional, desde o Manifesto Inaugural de 1864, até o manifesto sobre a guerra civil da França em 1871. Pormenorizar a atuação de Marx na Internacional equivaleria a escrever a história dessa mesma associação que, de resto, vive na memória dos operários da Europa”. (Engels, 1988, p. 103/4).

⁴ *New-York Daily Tribune* - jornal americano, que existiu de 1848 a 1924. Nas décadas de 40 e 50, o jornal assumiu um caráter progressista e se engajou contra a escravidão. A colaboração de Marx começa em agosto de 1851 e se estende até março de 1862. Uma boa parte dos artigos foi escrita por Engels, por solicitação de Marx. Os artigos de ambos nesse jornal tratam de questões importantes do movimento operário, de política interna e externa, e do desenvolvimento econômico dos países europeus, como também de questões ligadas à expansão colonial e aos movimentos de libertação nos países dominados e dependentes.

⁵ Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado de 5 a 7 de setembro de 1872, na cidade de Haia, Holanda, marcado pelo debate entre as concepções marxistas, que defendiam a necessidade de construção de um partido político operário e as concepções dos anarquistas partidários de Bakunin. Termina com a vitória das posições anarquistas de transferir a Internacional para fora do alcance das posições anarquistas tão nefastas ao movimento operário internacional. Após o encerramento do Congresso, Marx demite-se do Conselho Geral, sem contudo abandonar a Internacional.

É muito importante olhar-se para esse período da história do movimento dos trabalhadores, pois nele está a formulação da teoria do valor-trabalho na sua superação crítica, como prévia-ideação da compreensão do movimento do próprio capital e do capitalismo, assim como a construção da Internacional dos Trabalhadores - marco fundamental na história das suas organizações. Falemos um pouco mais dessa Associação e dos problemas que enfrentou durante a sua existência: "A queda da Comuna de Paris colocou a Internacional numa situação impossível. Viu-se empurrada para o primeiro plano da história europeia, num momento em que, por toda a parte, estava afastada a possibilidade de uma ação prática eficaz. Os acontecimentos que a erigiram como sétima grande potência impediam-na, ao mesmo tempo, de mobilizar e pôr em ação as suas forças combativas, sob pena de levar a uma derrota infalível o movimento operário e de contê-lo por vários decênios. (...) Era necessário adotar uma decisão heróica e foi Marx, como sempre, quem a tomou e assegurou a sua vitória no Congresso de Haia. Numa decisão solene, a Internacional desvinculou-se de qualquer responsabilidade pelas manobras bakunistas, (...) transferindo para a América do Norte e Conselho Geral. (...) Depois do Congresso de Haia, Marx voltou a encontrar, por fim, tempo e sossego para reiniciar seus trabalhos teóricos" (Engels, 1988, p. 104-105).

Outro marco importante a ser resgatado, que mantém um vínculo estreito entre a formulação teórica da problemática do valor e o movimento socialista, é o Congresso de Gotha. Em função desse evento, foi redigido um programa⁶ de pretensão socialista, ao qual Marx e Engels se posicionaram totalmente contrários. Marx registrou sua discordância num texto que será publicado por Engels depois de sua morte, em 1891. Neste, temos oportunidade não só de conhecer melhor as propostas marxianas sobre o valor, como também apreender melhor suas formulações acerca do comunismo.

Sabemos que os últimos anos de vida de Marx foram marcados pela doença que impediu a continuidade de sua obra. Os volumes II e III d'*O Capital* foram elaborados por Engels e uma das filhas do pensador alemão, tendo em vista uma maneira acabada para publicação. Mas, mesmo não concluindo sua obra, deixou-nos um imenso legado. A importante contribuição do pensamento marxiano foi registrada de forma emocionada por Engels diante do túmulo de Marx. E será com a seleção de alguns enxertos desse documento que encerramos este item: "No dia 14 de março, às três horas menos um quarto da tarde, deixou de pensar o maior pensador de nossos dias. (...) Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc; que, portanto, a produção dos meios de subsistência imediatos, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase econômica de desenvolvimento de um povo ou de uma época é a base a partir da qual se desenvolveram as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e inclusive as idéias religiosas dos homens de acordo com as quais deve, portanto, explicar-se; e não ao contrário, como se vinha fazendo até então" (Marx, Engels, 1977, p. 213).

Marx descansou em 1883 deixando-nos a imensa tarefa de continuar procurando a equação política capaz de construir a superação do mundo da necessidade para o mundo da liberdade.

⁶ A crítica do Programa de Gotha de Marx foi publicado por Engels contra a vontade da direção oportunista da social-democracia alemã. Este Congresso se reuniu em 1875. Nele uniram-se as duas organizações operárias alemãs existentes àquela época: o Partido Operário Social-Democrata (os eisenachianos), dirigido por Liebknecht e Bebel, e a Associação Geral dos Operários Alemães, organização lassaliana dirigida por Hasenclever, Hasselmann e Tölcke, para formar uma organização única: o Partido Socialista Operário da Alemanha.

Referências bibliográficas

- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa : Presença, São Paulo : Martins Fontes, 1977.
- DROZ, J. *História geral do socialismo*. Barcelona : Edima, 1968.
- ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo : Grijalbo, 1977.
- _____. Karl Marx. In: *MARX hoje*. 3. ed. São Paulo : Ensaio, 1988. V. I.
- FEDOSSEIEV, P. N. *et al. Karl Marx, biografia*. Lisboa/Moscú, Editorial Avante/Edições Progresso, 1983.
- HODGSKIN, T. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capitalismo*. Apresentação P. H. R. Sandroni. São Paulo : Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. Prefácio J. Chasin. São Paulo : Ensaio, 1987. (Cadernos Ensaio - Série Pequeno Formato I).
- MARX, ENGELS. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo : Grijalbo, 1977.
- _____. *Textos*. São Paulo : Ed. Sociais, 1977. V. I.
- ROLL, E. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo : Ed. Nacional, 1977.